



ID: 117856875

25-06-2025

# Universidades desconhecem plano de “via verde” do Governo mas pedem fim de atrasos nos vistos

Andreia Sanches

**Reitores pedem que “burocracia não conspire contra objectivo” de atrair talento de fora. E esperam participar nas mudanças**

O Governo anunciou que quer aplicar às instituições de ensino superior um protocolo idêntico ao que existe com as confederações empresariais, a chamada “via verde” para a contratação de trabalhadores imigrantes. O anúncio foi feito na segunda-feira. Universidades e institutos politécnicos contactados ontem pelo PÚBLICO desconhecem do que se trata em concreto. Mas saúdam qualquer medida que venha pôr fim aos grandes atrasos que se registam na emissão de vistos para estudantes, professores e investigadores. No caso dos estudantes, afirmam, muitos dos seleccionados pelas instituições de ensino portuguesas chegam a perder vários meses de aulas, por vezes um semestre inteiro, por não terem visto atempado, sem o qual não podem vir para Portugal. No caso dos professores e investigadores estrangeiros, “há contratos que ficam em risco” por causa das demoras nos consulados, afirma o presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP).

Para já, o Ministério da Presidência do Conselho de Ministros tutelado por António Leitão Amaro diz apenas que a medida ainda vai ser estruturada. Mas que se pretende “agilizar processos”. Estará de resto previsto um departamento específico na AIMA – Agência para a Integração, Migrações e Asilo para tratar das questões relacionadas com imigração e ensino superior. O objectivo é privilegiar a imigração qualificada. Contactado pelo PÚBLICO, o ministério não adiantou mais pormenores.

O presidente do CRUP, Paulo Jorge Ferreira, e a presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos, Maria José Fernandes, confirmam que não houve contacto formal com o Governo para preparar as mudanças. Mas Paulo Ferreira diz que o CRUP tem manifestado em vários momentos a necessidade de agir.

“A morosidade é muito grande. Há diferenças de consulado para consulado, de país para país”, diz, e por isso “é importante que se crie uma via verde para trazer talento” às instituições de ensino, talento que pode vir a ficar em Portugal. “É essencial que a burocracia não conspire contra esse objectivo.”



MARIA ABRANCHES

**Tudo o que for para “agilizar” vistos merece elogio das instituições**

“Talvez possamos ir a tempo de participar na construção dessas medidas”, diz ainda o reitor. Que defende desde já que “os procedimentos sejam reduzidos e simplificados”.

Maria de Lurdes Rodrigues, reitora do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, é muito crítica do modelo da “via verde” para a contratação de trabalhadores imigrantes, por entender que, tal como está desenhado, os pode deixar “nas mãos das entidades patronais”. “E se esses trabalhadores quiserem mudar de entidade patro-

assunto acabou por se resolver, mas não faz sentido que o consulado tenha de interferir na nossa selecção.” Os consulados devem simplesmente emitir os vistos que as universidades e a AIMA requerem, defende.

Orlando Ribeiro, presidente do Instituto Politécnico de Bragança (IPB), onde mais de um terço dos alunos são estrangeiros, também sublinha que “o que for para agilizar é positivo”. No caso do IPB, apenas 65% dos estudantes internacionais chegam à instituição sem atraso ou com um atraso inferior a um mês. Já 18% chegam com um atraso de um a quatro meses e 16% com um atraso superior a quatro meses. “Seguramente, o atraso na chegada deve-se à demora na obtenção de visto. Sem o visto não podem marcar a viagem.”

Actualmente, explica Orlando Ribeiro, já existe a chamada “via rápida”, seja para alunos dos países da CPLP que entram em vagas abertas nas instituições de ensino através dos concursos da Direcção-Geral do Ensino Superior (DGES), seja para os que ingressam através dos concursos para estudantes internacionais abertos pelas próprias instituições.

“Quando a instituição admite um aluno, reenvia à DGES, a DGES comunica à embaixada, que por sua vez comunica aos consulados, que tratam do visto de estudante”, prossegue. “Depois, os alunos chegam a Portugal com o visto de estudante e, muitas vezes, já com agendamento na AIMA para o visto de residência. O processo tem melhorado”, afirma. Mas continua a ter falhas. No caso de professores, não sente tantos problemas. Porém, “há atrasos significativos na emissão ou renovação de visto de residência, originando limitações à circulação internacional destes profissionais”.

**Em 2023/2024, havia 73 mil alunos em regime de mobilidade internacional. Mais do dobro de há dez anos**

nal, podem? Ficam em dívida? Temo que esteja em causa a liberdade individual das pessoas.” A realidade do ensino superior é, contudo, diferente, sublinha. E levanta outras questões.

O essencial, diz a reitora, é resolver “o problema na rede consular – e tudo o que for não enfrentar essa questão não vai resolver nada”. Não é só uma questão dos prazos para emissão de vistos (demoram tanto, e os alunos perdem tantas aulas, que por vezes é preciso criar um “ano zero” para recuperarem). É também de competências. Dá um exemplo recente do que se passou com um aluno chinês: “Foi entrevistado pelo Iscte, sujeito a testes e seleccionado, e depois o consulado entendeu que ele não sabia inglês suficiente para vir. Quando já o tínhamos avaliado. O